

UNITED LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
CGC/MF nº 00.410.345/0001-13

INSTRUMENTO PARTICULAR DA ESCRITURA DA 1a. EMISSÃO DE DEBÊNTURES
DA UNITED LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado como **EMISSIONA, UNITED LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede em São Paulo - SP, à Calçada dos Ciclames, 37, 1º andar, sala B, Barueri, São Paulo, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.410.345/0001-13 neste ato representada por seus Diretores adiante assinados e, do outro, como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, à Rua do Tesouro, 47 - 3º andar, inscrito no CGC/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, representada na forma de seu Contrato Social, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO:

A presente escritura é celebrada com base na autorização concedida pela Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da **EMISSIONA** de 20.10.95.

II - DOS REQUISITOS:

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente emissão de debêntures será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na forma das Leis nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

b) Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

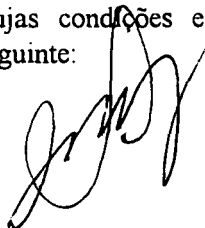
A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

c) Registro da Escritura de Emissão

A presente escritura, celebrada por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri.

III - DO TÍTULO E SUA EMISSÃO:

As debêntures, cujas condições e características seguem abaixo transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:



1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO:

O lançamento será público, mediante a interveniência de instituições financeiras habilitadas, para negociação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO:

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 01 de outubro de 1995. O Conselho de Administração determinará as datas de vencimento de cada uma das séries, com exceção da 1ª Série cujo vencimento será em 01 de outubro de 2005.

3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO:

O montante total da emissão será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na data de emissão, representado por 30.000 (trinta mil) debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), referenciado na mesma data.

4. SÉRIES:

Serão no total emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, e a emissão será dividida em número indeterminado de séries a serem definidas em reuniões do Conselho de Administração por ocasião das respectivas emissões, limitada a soma das debêntures das séries emitidas ao total de debêntures da emissão, com exceção da 1ª Série que está definida e caracterizada na presente Escritura, em seu capítulo IV, abaixo.

5. FORMA E TIPO:

As debêntures serão da forma nominativa, não endossáveis e não conversíveis em ações.

6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO:

O preço de subscrição e a forma de pagamento das debêntures de cada uma das séries desta emissão será fixado pelo Conselho de Administração, com exceção da 1ª Série onde o preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal, o qual será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

7. NEGOCIAÇÃO:

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições Financeiras do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 56/88.

8. ESPÉCIE:

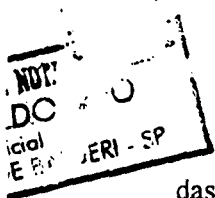
As debêntures serão da espécie subordinada.

9. VENCIMENTO FINAL:

Por ocasião do vencimento final, a EMISSORA obriga-se a proceder a liquidação das debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal.

10. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

O valor nominal das debêntures, exceto às pertencentes a 1ª Série, poderá ser atualizado monetariamente, caso autorizado por Assembleia Geral dos acionistas da EMISSORA, por ocasião



das respectivas emissões. Quanto as debêntures da 1ª Série o valor nominal não será atualizado monetariamente.

11. JUROS MORATÓRIOS:

a) Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros, prêmio e correção monetária na forma estabelecida na Assembléia que deliberar a emissão, bem como, a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

b) As importâncias devidas pela EMISSORA por força desta emissão e colocadas, nos vencimentos, à disposição dos debenturistas, não sofrerão atualização de seu valor, nem renderão juros remuneratórios ou moratórios, nem prêmios.

12. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração devida na data de resgate, quando for o caso, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

13. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao valor nominal corrigido, ou acrescido da base de remuneração não amortizada, quando for o caso, observado o disposto no parágrafo 2o. do Artigo 55 da Lei 6.404/76. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos pela EMISSORA, aos titulares das mesmas.

14. AMORTIZAÇÕES PARCIAIS:

O Conselho de Administração da companhia EMISSORA poderá deliberar pelas amortizações parciais das debêntures. Ocorrendo essa hipótese, os títulos terão seus valores pagos na mesma proporção.

15. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO:

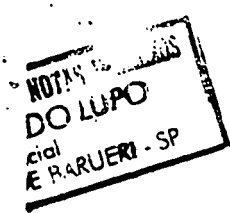
Não será constituído qualquer fundo de amortização das debêntures.

16. LOCAL DE PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures objeto desta emissão, juros remuneratórios e prêmio, acrescidos da base de remuneração, quando for o caso, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema.

17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.



18. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal Diário do Comércio, com circulação na Cidade de São Paulo.

19. VENCIMENTO ANTECIPADO:

No caso de inadimplemento da **EMISSORA**, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- a) declarar, observadas as condições da escritura de emissão, antecipadamente vencidas as debêntures;
- b) requerer a falência da **EMISSORA**;
- c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos;
- d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;

19.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas previstas nos incisos "a" a "c" se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de debenturistas que representem a unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese do inciso "d", será suficiente a deliberação de debenturistas que representem a maioria das debêntures em circulação;

19.2. As despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos debenturistas, correrão por conta da **EMISSORA**;

19.2.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** prestará contas à **EMISSORA**, das despesas mencionadas no "caput" deste sub-item, para o fim de ser, imediatamente, por ela ressarcido;

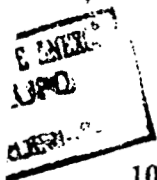
19.2.2. O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do previsto no sub-item acima, será acrescido à dívida da companhia **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

20. DELEGAÇÃO

O Conselho de Administração da **EMISSORA** deliberará sobre as condições constantes dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, que foram delegados pela Assembléia Geral Extraordinária de 20.10.95.

IV - DOS TÍTULOS DA PRIMEIRA SÉRIE:

As características dos títulos da 1ª Série da Primeira Emissão foram deliberadas pela Assembléia Geral Extraordinária referida na Cláusula I, como se segue:



10. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, o qual será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA:

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

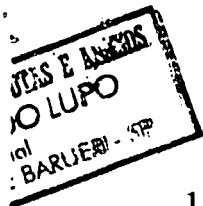
1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros relativos a esse período;
 - b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos ao mesmo;
 - c) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
 - d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 60/87 e nº 73/87, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.
2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal e da participação nos lucros, se houver, das debêntures, objeto desta escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.
3. Submeter, na forma de lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no Art. 176 da Lei nº 6.404/76.
5. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos portadores das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste esse serviço.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura declara:

1. Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
2. Aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
3. Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404, de 15.12.76, e o Artigo 9º e 10º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função;



1. VALOR TOTAL DA SÉRIE:

O valor total desta 1ª Série da Primeira Emissão será de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), referenciado em 01 de outubro de 1995.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS:

Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures desta série.

3. VALOR NOMINAL:

O valor nominal das debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) referenciado em 01 de outubro de 1995.

4. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

As debêntures da 1ª Série não serão atualizadas monetariamente.

5. DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão será o dia 01 de outubro de 1995.

6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

O prazo de vigência da 1ª emissão das debêntures será de 10 (dez) anos contados a partir da data da emissão, vencendo, portanto em 01 de outubro de 2005.

7. JUROS REMUNERATÓRIOS:

As debêntures da 1ª série não farão jus a juros remuneratórios.

8. PRÊMIO:

As debêntures da 1ª série não farão jus ao recebimento de prêmio.

9. REMUNERAÇÃO: As debêntures da 1ª série receberão participação nos lucros da EMISSORA, apurada com base no respectivo balanço anual preparado de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, com a Lei 6.404/76 e com as Regulamentações e Instruções da CVM, considerando-se, para tanto, os resultados antes da tributação sobre o lucro.

9.1. A participação nos lucros a ser paga às debêntures corresponderá a 70% (setenta por cento) do total do resultado, antes da tributação sobre o lucro da EMISSORA, apurado na forma do "caput" deste, após serem deduzidos os prejuízos acumulados, antes da provisão para imposto de renda e contribuições, a ser dividida igualmente entre os debenturistas.

9.2. A participação nos lucros aqui prevista, deverá ser paga dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que forem aprovadas as demonstrações financeiras da EMISSORA.

9.3. Independentemente do disposto no item 9 supra, a EMISSORA poderá levantar balancetes mensais e efetuar o pagamento de tais participações nos resultados ali apurados, a critério do Conselho de Administração da EMISSORA, que também definirá a data de seu pagamento, segundo a seguinte fórmula: $P = 0,70 \times R$, onde: P = participação a ser paga e R = resultado antes da tributação sobre o lucro apurado no balanço anual ou mensal.

9.4. Para o exercício social de 1995, as debêntures receberão participação nos lucros, considerando-se o equivalente a 1/4 (um quarto) dos resultados antes da tributação sobre o lucro, apurados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 1995.



4. Não ter qualquer ligação com a **EMISSORA** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

Parágrafo 1o. : O **AGENTE FIDUCIÁRIO** perceberá da **EMISSORA**, pelo exercício das funções a seguinte remuneração:

a) 01 (uma) parcela de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de implantação dos serviços, no ato da assinatura da presente escritura de Emissão;

b) Parcelas anuais equivalentes a R\$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigidas pelo INPC ou pelo índice que venha a sucedê-lo (a partir de 01/09/95) e as demais na mesma data nos anos seguintes até a data de vencimento das debêntures. As remunerações acima não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**, exceto as viagens a São Paulo (capital) e respectivas estadias.

Parágrafo 2o. : A eventual substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** observará as seguintes condições:

a) nas hipóteses de ausências e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do termo final do prazo sobredito, caberá à **EMISSORA** efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

b) ocorrendo a hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;

c) é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação do seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;

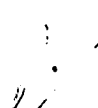
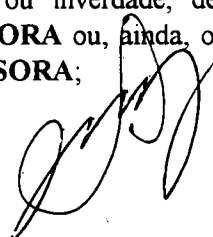
d) a substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8o. da Instrução CVM n. 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores;

e) a substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento a esta escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis;

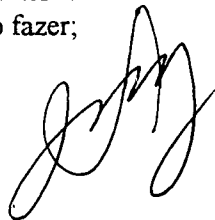
f) o **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

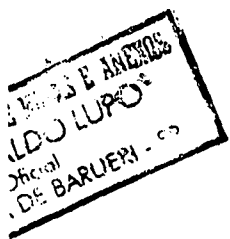
Parágrafo 3o.: São deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações contantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da **EMISSORA**;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 03 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1o. alínea "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1.) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;



- l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA** enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures realizadas no mesmo período;
 - l.5) resgate, amortização, conversão e repactuação das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela **EMISSORA**;
 - l.6) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - l.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste Instrumento;
 - l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- m) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da **EMISSORA**;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - m.5) na instituição financeira que liderou a colocação de debêntures;
- n) publicar, nos órgãos da imprensa onde a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- p) coordenar os sorteios das debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;





r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM;

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;

Parágrafo 4o.: O comunicado aos debenturistas no sentido de informá-los que o relatório anual, referido na alínea "l" do parágrafo anterior, está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto no aludido parágrafo, no jornal Diário do Comércio, às expensas da **EMISSORA**.

Parágrafo 5o.: A notificação de que trata a alínea "r" do Parágrafo 3o. da presente cláusula, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação em jornal de grande circulação e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha tomado para cautelar e proteger interesses da comunhão dos debenturistas.

VI - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS:

1. Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. A Assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. Aplica-se à Assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n. 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

4. A Assembléia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. A modificação nas condições das debêntures, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das debêntures em circulação.

6. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7. Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto.

ESTAS E ANEXOS
ALDO LUPO
Oficial
A DE BARUEI

VII - DO FORO:

Será competente o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, com expressa e prévia renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas da Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 21 de outubro de 1995.

EMISSORA: UNITED LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

MARCELO RADUAM IACOVONE CARLOS MÁRIO FAGUNDES DE SOUZA FILHO

AGENTE FIDUCIÁRIO: APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

PAULO ROBERTO PASIAN

IZIDORO POLACOW

TESTEMUNHAS:

DANIELA DE SIQUEIRA AUDRA

RG 25.492.493-1

CIG 118.744.928-04

JANETE GOMES DA SILVA

CPF 070.855.158-05

RG 14.044.724-6

DEBENTU/C/DMS

8. TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO PAULO
R. 3 de Dezembro, 50, São Paulo - F. 239-03-22
RECONHEÇO por semelhança as firmas de:
PAULO ROBERTO PASIAN, IZIDORO POLACOW...
SAO PAULO 08 de Novembro de 95
Pago R\$*****1,40 EN TEST. DA VERDADE
5 / 5
085286/01268188078759-1